

Auditor Fiscal Tributário da Receita Municipal TIPO 1 – BRANCA

Informações Gerais

- Você receberá do fiscal de sala:
 - uma folha de respostas destinada à marcação das respostas das questões objetivas;
 - esse caderno de prova contendo **70 (setenta)** questões objetivas, cada qual com **cinco** alternativas de respostas (A, B, C, D e E).
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala para que sejam tomadas as devidas providências.
- As questões objetivas são identificadas pelo número situado acima do seu enunciado.
- Ao receber a folha de respostas da prova objetiva você deve:
 - conferir seus dados pessoais, em especial seu nome, número de inscrição e o número do documento de identidade;
 - ler atentamente as instruções para o preenchimento da folha de respostas;
 - marcar na folha de respostas da prova objetiva o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno que você recebeu;
 - assinar seu nome, apenas nos espaços reservados, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
- Durante a aplicação da prova não será permitido:
 - qualquer tipo de comunicação entre os candidatos;
 - levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala;
 - portar aparelhos eletrônicos, tais como *bipe*, telefone celular, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica digital, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer modelo, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc. e, ainda, lápis, lapiseira (grafite), corretor líquido e/ou borracha. Tal infração poderá acarretar a eliminação sumária do candidato.
- O preenchimento das respostas da prova objetiva, de inteira responsabilidade do candidato, deverá ser feito com caneta esferográfica de tinta indelével de cor preta ou azul. **Não será permitida a troca da folha de respostas por erro do candidato.**
- O tempo disponível para a realização da prova é de **4 (quatro)** horas, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva.
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às suas respostas em qualquer outro meio que não seja o próprio caderno de prova.
- Somente após decorrida **uma hora e meia** do início da prova você poderá retirar-se da sala de prova, contudo sem levar o caderno de prova.
- Somente no decorrer dos últimos **sessenta minutos** do período da prova, você poderá retirar-se da sala levando o caderno de prova.
- Ao terminar a prova, entregue a folha de respostas ao fiscal da sala e deixe o local de prova. Caso você se negue a entregar, será eliminado do concurso.
- A FGV realizará a coleta da impressão digital dos candidatos na folha de respostas.
- Os candidatos poderão ser submetidos a sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas. Ao sair da sala, ao término da prova, o candidato não poderá usar o sanitário.
- Os gabaritos preliminares das provas objetivas serão divulgados no dia **16/12/2014**, no endereço eletrônico www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/prefeituradecuiaba.
- O prazo para interposição de recursos contra os gabaritos preliminares será das 0h00min do dia **17/12/2014** até às 23h59min do dia **18/12/2014**, observado o horário oficial de Cuiabá-MT, no endereço www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/prefeituradecuiaba, por meio do Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso.

Direito Constitucional

01

O subsecretário de Fazenda do Município X expediu uma portaria determinando aos auditores fiscais que não aplicassem a lei complementar que alterou o Código Tributário Nacional, por entender que a mesma era flagrantemente inconstitucional.

Considerando a situação descrita, assinale a afirmativa correta.

- (A) O subsecretário de Fazenda agiu corretamente, pois o Poder Judiciário não detém o monopólio do controle de constitucionalidade e leis inconstitucionais não devem ser cumpridas.
- (B) O subsecretário de Fazenda agiu de forma equivocada, pois ao Poder Judiciário é reservado o controle de constitucionalidade das leis.
- (C) O subsecretário de Fazenda agiu de forma equivocada, pois, tendo em vista o princípio de interpretação constitucional da presunção de constitucionalidade das leis, essas jamais podem ser desconsideradas, até que haja a declaração de inconstitucionalidade, pelo Poder Judiciário.
- (D) O subsecretário de Fazenda agiu de forma equivocada, pois, embora seja possível ao Poder Executivo exercer o controle de constitucionalidade das leis, somente o chefe deste poder pode determinar a não aplicação de uma lei que julgue inconstitucional.
- (E) O subsecretário de Fazenda agiu corretamente, pois a recusa ao cumprimento de leis inconstitucionais é um corolário do Princípio da Supremacia da Constituição.

02

Um deputado federal impetrou um mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal com o objetivo de obstar o prosseguimento do processo legislativo referente a uma proposta de emenda constitucional que suprimia alguns princípios do sistema tributário, como o da anterioridade e o da irretroatividade.

Nesse caso, o remédio constitucional deve ser julgado

- (A) procedente, porque a Constituição veda a deliberação de proposta de emenda constitucional tendente a abolir cláusula pétrea.
- (B) procedente, porque a Constituição veda a deliberação de proposta de emenda constitucional que suprima quaisquer direitos dos cidadãos.
- (C) improcedente, porque os princípios do sistema tributário não são considerados cláusulas pétreas.
- (D) improcedente, porque falta ao impetrante legitimidade ativa para propor este tipo de demanda.
- (E) improcedente, porque ao Judiciário é vedado o exercício do controle prévio de constitucionalidade.

03

Sobre os direitos e garantias fundamentais, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os direitos e garantias fundamentais estão taxativamente previstos na Constituição de 1988.
- (B) Os direitos fundamentais de caráter prestacional não são exigíveis do Estado.
- (C) Os direitos e garantias fundamentais não se aplicam às relações privadas.
- (D) Os direitos e garantias fundamentais são inalienáveis e indisponíveis.
- (E) Os direitos e garantias fundamentais podem sofrer limitações que atinjam seu núcleo essencial.

04

O Presidente da República editou medida provisória alterando o regramento do Código Tributário Nacional relativo à prescrição dos créditos tributários, ampliando os prazos para sua configuração, a fim de aumentar a arrecadação.

Diante do exposto, assinale a afirmativa correta.

- (A) A medida provisória é constitucional, eis que nem toda matéria tratada pelo Código Tributário Nacional é relativa a lei complementar.
- (B) A medida provisória é constitucional, eis que não há restrição quanto a matérias a serem tratadas, mas apenas, necessidade de observância dos requisitos de relevância e urgência.
- (C) A medida provisória é inconstitucional, eis que não poderia tratar de temas afetos a lei complementar.
- (D) A medida provisória é inconstitucional, eis que o Código Tributário Nacional só pode ser alterado por lei complementar.
- (E) A medida provisória é inconstitucional, eis que alterações legislativas prejudiciais aos cidadãos só podem derivar de lei ordinária ou complementar.

05

O Prefeito do Município X encaminhou à Câmara de Vereadores um projeto de lei para aumentar a remuneração dos professores municipais. Durante o processo legislativo, um vereador apresentou emenda ao projeto de lei, estendendo o mesmo percentual de aumento para outras categorias de servidores públicos do município. Depois, o projeto de lei foi aprovado com a referida emenda e sancionado pelo prefeito.

Considerando a situação descrita, assinale a afirmativa correta.

- (A) A lei é inconstitucional, pois o Legislativo só pode apresentar emendas a fim de aumentar a remuneração de outros servidores públicos se indicar a fonte de custeio.
- (B) A lei é parcialmente inconstitucional no que se refere à extensão do aumento para outras categorias contempladas pela emenda, por vício de iniciativa, que não é suprido pela sanção.
- (C) A lei é constitucional, pois a sanção do prefeito supre eventual vício de iniciativa.
- (D) A lei é constitucional, pois as emendas apresentadas pelo Legislativo não sofrem as limitações materiais que incidem sobre a iniciativa das leis.
- (E) A lei é constitucional, pois a emenda apenas corrigiu o que representaria uma quebra de isonomia entre os servidores públicos municipais.

06

Considerando o direito fundamental à privacidade, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

- () A quebra do sigilo bancário ou fiscal pode ser determinada por Comissão Parlamentar de Inquérito.
- () As provas provenientes de quebra irregular de sigilo bancário ou fiscal são nulas para fins de responsabilização administrativa e cível, mas não criminal.
- () Não há vedação a que uma lei autorize certos órgãos do Poder Público a determinar a quebra de sigilo bancário ou fiscal, independentemente de autorização judicial.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V, V e F.
- (B) V, F e F.
- (C) F, F e V.
- (D) F, F e F.
- (E) V, F e V.

07

Assinale a opção que indica os atos normativos que podem ser objeto de controle de constitucionalidade pela via da ação direta.

- (A) Leis complementares e decretos regulamentares.
- (B) Leis ordinárias e atos internos do Legislativo.
- (C) Medidas provisórias e decretos autônomos.
- (D) Atos normativos privados e decretos legislativos.
- (E) Normas constitucionais originárias e emendas constitucionais.

08

Sobre a organização político-administrativa do Estado brasileiro, analise as afirmativas a seguir.

- I. O Estado brasileiro divide-se em entes federativos de três diferentes níveis organizados hierarquicamente.
- II. Os Municípios podem legislar de forma suplementar sobre matérias elencadas pela Constituição de 1988 como sendo de competência legislativa concorrente.
- III. A competência legislativa sobre assuntos de interesse local é privativa dos Municípios.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

09

Analise o fragmento a seguir.

“Sempre que uma norma jurídica comportar mais de um significado possível, deve o intérprete optar por aquele que melhor realize o espírito da Constituição, rejeitando as exegeses contrárias aos preceitos constitucionais.”

Assinale a opção que indica o princípio de interpretação constitucional a que o fragmento se refere.

- (A) Princípio da Unidade da Constituição.
- (B) Princípio da Interpretação Conforme a Constituição.
- (C) Princípio da Supremacia da Constituição.
- (D) Princípio da Força Normativa da Constituição.
- (E) Princípio da Concórdância Prática.

10

A respeito da Administração Pública, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

- () É vedada a vinculação de remunerações entre cargos diversos da Administração Pública.
- () O direito de greve do servidor público não pode ser exercido enquanto não for regulamentado.
- () Não é admitida a acumulação remunerada de cargos públicos.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V, F e F.
- (B) F, V e F.
- (C) V, V e F.
- (D) F, V e V.
- (E) F, F e F.

Direito Administrativo

11

Uma ambulância do Município, ao transportar um paciente de emergência, com os avisos luminosos e sonoros ligados, atropelou um pedestre que atravessava a rua fora da faixa, distraído com o seu telefone celular.

Considerando o tema da responsabilidade civil da Administração Pública, assinale a afirmativa correta.

- (A) Está configurada a responsabilidade civil do Município, com suporte na teoria do risco integral, que afasta a necessidade de demonstração de culpa.
- (B) A responsabilidade civil do Município está afastada, mas o motorista da ambulância responde pelos danos causados, se agiu com culpa.
- (C) A responsabilidade do Município, no caso, depende da presença dos seguintes elementos: ação do agente estatal, dano, nexo de causalidade e culpa.
- (D) Não se configura, no caso descrito, a responsabilidade do Município, uma vez que as pessoas jurídicas de direito público somente respondem por atos ilícitos.
- (E) A responsabilidade do Município independe da demonstração de culpa do agente público, mas pode ser mitigada ou mesmo excluída caso seja demonstrada a culpa concorrente ou exclusiva da vítima.

12

O Estado X pretende criar uma empresa pública para atuar no financiamento de projetos de desenvolvimento sustentável para pequenos produtores rurais.

Considerando a disciplina constitucional a respeito das empresas públicas, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Apesar de o seu pessoal estar sujeito ao regime trabalhista próprio das empresas privadas, não se dispensa a realização de concurso público.
- (B) Somente por lei complementar pode ser autorizada a criação de empresa pública.
- (C) Empresa pública está sujeita à exigência de prévia licitação para a compra de bens e para a contratação de serviços.
- (D) A exploração direta de atividade econômica pelo Estado somente será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo.
- (E) A empresa pública que explore atividade econômica não poderá gozar de privilégios fiscais não extensivos às empresas do setor privado.

13

A respeito dos agentes públicos, analise as afirmativas a seguir.

- I. O servidor ocupante exclusivamente de cargo em comissão está sujeito ao Regime Geral de Previdência Social.
- II. O servidor temporário está sujeito, enquanto mantiver o vínculo, ao Regime Próprio de Previdência do Servidor Público.
- III. Um servidor efetivo, ocupante de cargo técnico, não pode acumular o seu cargo com outro de igual natureza, mas pode fazê-lo em relação aos empregos públicos.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

14

Após várias denúncias, o Poder Público municipal realizou vistoria ao mercado “Super Vende Tudo”. Nessa oportunidade, verificou-se que vários produtos estavam com o prazo de validade vencido. Foi determinada, então, como medida de polícia, a interdição temporária do estabelecimento, durante o período necessário ao recolhimento das mercadorias vencidas.

O gerente do mercado, entretanto, recusou-se a permitir a retirada das mercadorias, argumentando que não havia qualquer decisão judicial que amparasse o comportamento dos fiscais.

A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- (A) Não é possível aos agentes de fiscalização determinar a interdição do estabelecimento e o recolhimento de mercadorias, uma vez que não foram garantidos ao particular o contraditório e a ampla defesa.
- (B) A interdição do estabelecimento e o recolhimento das mercadorias, como atos de polícia, são autoexecutórios, dispensando prévia decisão judicial e admitindo o diferimento do contraditório e da ampla defesa para momento posterior.
- (C) A interdição temporária de estabelecimento e o recolhimento de mercadorias não estão amparados pelo chamado poder de polícia, uma vez que este somente tem por objeto a preservação da segurança pública.
- (D) As medidas de fiscalização de polícia somente podem resultar, como sanção, na aplicação de multa, não se admitindo as medidas de interdição de estabelecimento e recolhimento de mercadorias.
- (E) A interdição do estabelecimento e o recolhimento das mercadorias não poderiam ser determinados pelos agentes de fiscalização, uma vez que não há decisão judicial que legitime tais atos.

15

Os Municípios A, B e C, localizados no Estado X, vêm mantendo tratativas para a constituição de um consórcio público para atuação na área de coleta e descarte de lixo. Os três Municípios pretendem, ainda, convencer a União a participar do consórcio, tendo em vista a necessidade de um aporte inicial de recursos em valor superior ao de suas disponibilidades financeiras.

Considerando o caso exposto, assinale a afirmativa correta.

- (A) O consórcio público terá, necessariamente, personalidade jurídica de direito público.
- (B) Não é possível a constituição de um consórcio entre entes públicos sem a participação de pessoas jurídicas de direito privado.
- (C) A União somente poderá participar do consórcio caso o Estado X também dele faça parte.
- (D) O consórcio público adquire personalidade jurídica a partir da assinatura do protocolo de intenções.
- (E) O consórcio terá, necessariamente, personalidade jurídica de direito privado.

16

O Estado ABCD declarou a caducidade da concessão do serviço de transporte ferroviário de passageiros devido à prestação deficiente do serviço e a uma série de descumprimentos contratuais pela empresa “XXX Ferrovias”.

Nesse caso,

- (A) o poder concedente procederá, em até 60 (sessenta) dias, à encampação do serviço público, por razão de interesse público.
- (B) o poder concedente somente poderá retomar o serviço após o pagamento da indenização das parcelas dos investimentos realizados pelo concessionário que ainda não tenham sido amortizadas.
- (C) ainda que se trate de descumprimento do contrato pelo concessionário, a retomada do serviço será feita com indenização das parcelas dos investimentos ainda não amortizados, apurada no curso do processo.
- (D) após a declaração de caducidade, é necessária a instauração de processo judicial previamente à retomada do serviço pelo poder concedente.
- (E) por se tratar de descumprimento do contrato pelo concessionário, este não terá direito a qualquer indenização, ainda que não tenham sido amortizados todos os investimentos realizados.

17

José da Silva, que ocupou o cargo de Secretário de Estado de Administração, mas já não possui qualquer vínculo com o Poder Público, responde a uma ação de improbidade, com fundamento na prática de ato que causa prejuízo ao erário, por ter autorizado o uso de uma série de imóveis do Estado por um particular, sem qualquer remuneração e sem a observância de qualquer formalidade legal.

Considerando o exposto, assinale a afirmativa correta.

- (A) José da Silva não pode responder por improbidade, uma vez que não é servidor ocupante de cargo efetivo.
- (B) José da Silva, caso seja condenado pelo ato de improbidade, poderá estar sujeito à perda dos direitos políticos.
- (C) A ação de improbidade em face de agente público é imprescritível.
- (D) Na ação de improbidade, qualquer que seja o fundamento, é necessário demonstrar o dolo do agente.
- (E) Eventual condenação de José da Silva na ação de improbidade afastará, obrigatoriamente, qualquer outra sanção civil, penal ou administrativa.

18

Acerca da qualificação, pela União, de uma pessoa jurídica de direito privado como organização da sociedade civil de interesse público e dos efeitos daí decorrentes, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A qualificação como organização da sociedade civil de interesse público é ato vinculado, que somente será indeferido quando não atendidos os pressupostos legais.
- (B) A entidade qualificada como organização da sociedade civil de interesse público pode celebrar termo de parceria com o poder público.
- (C) Somente pode se qualificar como organização da sociedade civil de interesse público uma pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos.
- (D) A pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos interessada em obter a qualificação deverá formular requerimento escrito ao Ministério da Justiça.
- (E) Uma cooperativa de trabalhadores rurais pode se qualificar como organização da sociedade civil de interesse público.

19

O Ministério da Justiça realizou licitação para registro de preços para a aquisição de impressoras.

A esse respeito, analise as afirmativas a seguir.

- I. Somente o órgão gerenciador da ata pode realizar a contratação com o fornecedor registrado.
- II. A existência de preços registrados em ata não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.
- III. A licitação para registro de preços será realizada na modalidade concorrência, tomada de preços ou pregão.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

20

A União celebrou contrato de obra pública com a construtora XYZ, vencedora de certame licitatório para a construção de uma rodovia federal que fará a ligação entre três Estados da Federação. No curso da obra, a Administração pretendeu acrescentar ao projeto duas alças de acesso a rodovias estaduais já existentes, o que implicaria aumento de 15% do custo original do contrato, além da prorrogação do prazo de entrega da obra.

A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- (A) O acréscimo pretendido é possível, assim como a prorrogação do contrato, devido à alteração do projeto pela Administração.
- (B) O acréscimo pretendido é possível, mas não a prorrogação, que somente é admitida nas hipóteses de superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes.
- (C) Não é possível, após a celebração do contrato, alteração no projeto para o acréscimo de itens não previstos na fase de licitação e que impliquem acréscimo no valor contratual.
- (D) O acréscimo pretendido supera o limite permitido às alterações nos contratos administrativos, não sendo, portanto, válida a alteração contratual.
- (E) Após a celebração do contrato, não se admite, em nenhuma hipótese, a prorrogação dos prazos contratuais.

Direito Tributário/Financeiro

21

Com relação ao Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF), assinale a afirmativa correta.

- (A) Pode ser instituído pela União, pelos Estados e pelos Municípios, no exercício de competência concorrente.
- (B) Pode ser instituído pela União, mas, enquanto esta não o fizer, poderão instituí-lo os Estados, no exercício de competência supletiva.
- (C) Pode ser instituído pela União, mas, enquanto esta não o fizer, poderão instituí-lo os Municípios, no exercício de competência supletiva.
- (D) Pode ser instituído apenas pela União, por meio de lei complementar, inexistindo competência concorrente ou supletiva de qualquer outro ente público.
- (E) Pode ser instituído apenas pela União, por meio de lei ordinária, inexistindo competência concorrente ou supletiva de qualquer outro ente público.

22

Pretendendo adquirir, no mercado doméstico, caminhões para uso em serviço, o Município de Cuiabá pede ao Estado de Mato Grosso que afaste a incidência do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nessa operação específica.

Assinale a solução juridicamente adequada a ser dada ao caso exposto.

- (A) O Estado deve acolher o pleito mediante prova cabal de que os veículos serão mesmo empregados em atividades inerentes às atribuições do Município, pois, mesmo inexistindo lei estadual nesse sentido, o caso é de isenção de tributos.
- (B) O Estado deve acolher o pleito mediante prova cabal de que os veículos serão mesmo empregados em atividades inerentes às atribuições do Município, pois o caso é de imunidade de tributos.
- (C) O Estado poderá acolher o pleito mediante decisão administrativa afastando a incidência do ICMS ao caso.
- (D) O Estado não poderá acolher o pleito, ainda que os caminhões sejam mesmo empregados em atividades inerentes às atribuições do Município, pois é vedada a concessão de tratamento tributário diferenciado a entidades públicas que explorem a atividade econômica.
- (E) O Estado não poderá acolher o pleito, pois a imunidade não favorece o Município neste caso concreto, já que ele é apenas o contribuinte de fato, e não o contribuinte de direito.

23

O Simples Nacional, sistema simplificado de tributação instituído pela Lei Complementar nº 123/2006, compreende o pagamento unificado de um conjunto de tributos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Podem optar por tal recolhimento simplificado as microempresas e as empresas de pequeno porte.

Assinale a opção que apresenta tributo compreendido no recolhimento simplificado.

- (A) Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).
- (B) Imposto de Importação (II).
- (C) Contribuição para o FGTS.
- (D) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).
- (E) Imposto de Renda sobre o Ganho de Capital na alienação de bens (IR-Ganho de Capital).

24

A pessoa jurídica Alfa Ltda. presta serviços de manutenção de eletrodomésticos. Por meio de concorrência pública, é contratada pelo Município Beta para a manutenção de eletrodomésticos utilizados nas escolas daquela municipalidade. Ao emitir a fatura para a cobrança de seus serviços a pessoa jurídica Alfa Ltda., estabelecida no próprio Município Beta, computou o valor do Imposto Sobre Serviços (ISS) incidente na operação.

Nesse caso, a pessoa jurídica Alfa Ltda.

- (A) está correta, pois o ISS incide regularmente na operação realizada.
- (B) está errada, pois a manutenção de eletrodomésticos não sofre a incidência do ISS.
- (C) está errada, pois, embora o ISS incida sobre o tipo de serviço indicado, o Município é beneficiado pela isenção do tributo, mesmo inexistindo lei específica, visto que o Município não pode pagar tributo para ele mesmo.
- (D) está errada, pois, embora o ISS incida sobre o tipo de serviço indicado, o Município é beneficiado pela imunidade do ISS.
- (E) está correta, esteja ou não o tipo de serviço indicado sujeito ao ISS, pois um Município não pode contratar serviços e suportar o tributo cuja instituição é de sua própria competência.

25

As opções a seguir apresentam princípios expressamente albergados na Constituição da República aprovada em 1988, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) Princípio da Legalidade
- (B) Princípio da Isonomia
- (C) Princípio da Irretroatividade
- (D) Princípio da Anterioridade
- (E) Princípio da Anualidade

26

Assinale a opção que apresenta elemento estranho ao conceito legal de tributo.

- (A) Prestação compulsória.
- (B) Prestação pecuniária.
- (C) Prestação com natureza de sanção.
- (D) Prestação cobrada mediante atividade administrativa vinculada.
- (E) Prestação instituída em lei.

27

É sabido que todos os tributos têm função arrecadatória, ainda que alguns tenham mais acentuada função extrafiscal, buscando, assim, objetivos outros que não apenas o de arrecadar receitas públicas.

Assinale a opção que indica o tributo com função extrafiscal mais acentuada.

- (A) Taxa para a expedição de Alvará de Localização.
- (B) Imposto Sobre Serviços.
- (C) Imposto Sobre Transmissão Causa Mortis e Doação.
- (D) Imposto de Importação.
- (E) Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido.

28

Fulano de Tal é sócio da pessoa jurídica Lavolândia Ltda., empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional. A ela presta serviços e recebe regularmente sua remuneração mensal pelos serviços prestados, a qual está acima da faixa de isenção do Imposto de Renda (IR). Além disso, anualmente recebe seus dividendos sobre o lucro da pessoa jurídica, observada sua participação societária no capital.

Com base no caso exposto, assinale a opção que indica o tratamento tributário adequado do Imposto sobre a Renda (IR) com relação aos dois rendimentos auferidos por Fulano de Tal – remuneração e dividendos.

- (A) Não incide IR sobre nenhum dos dois rendimentos, já que a pessoa jurídica é optante pelo Simples Nacional.
- (B) Não incide IR sobre os dividendos, mas sim sobre a remuneração.
- (C) Não incide IR sobre a remuneração, mas sim sobre os dividendos.
- (D) Incide IR sobre os dois rendimentos.
- (E) Incide IR sobre os dois rendimentos, mas o valor do IR sobre a remuneração pode ser deduzido do IR sobre os dividendos.

29

A pessoa jurídica Metrópole Ltda. ostenta as seguintes características:

- I. auferir receita bruta anual de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais);
- II. é fruto de cisão, consumada há dois anos, de pessoa jurídica que tinha faturamento 4 vezes maior;
- III. explora a atividade de despachante.

Atento a tais características, assinale a opção que melhor retrata a possibilidade de Metrópole Ltda. optar ou não pelo Simples Nacional.

- (A) Poderá optar, pois não há qualquer obstáculo legal.
- (B) Não poderá optar, pois somente a característica I a impede.
- (C) Não poderá optar, pois somente a característica II a impede.
- (D) Não poderá optar, pois somente a característica III a impede.
- (E) Não poderá optar, pois somente as características II e III a impedem.

30

Determinado Estado da Federação aprova, por meio de lei complementar, uma taxa que vem depois a ser modificada por lei ordinária em relação a dois de seus comandos: alíquota e base de cálculo. Com base no exposto, assinale a afirmativa correta.

- (A) A lei ordinária é inválida, pois não pode alterar a lei complementar.
- (B) A lei ordinária é válida, pois a matéria por ela regulada não é reservada a uma lei complementar.
- (C) A lei ordinária é válida em relação à alíquota mas não em relação à base de cálculo.
- (D) A lei ordinária é válida em relação à base de cálculo mas não em relação à alíquota.
- (E) A lei ordinária é inválida e sequer poderá ser convalidada por lei complementar superveniente.

31

De acordo com o Código Tributário Nacional (CTN), a data de recolhimento de um tributo é tema reservado

- (A) a uma Emenda à Constituição.
- (B) a uma Lei Complementar.
- (C) a uma Lei Ordinária.
- (D) a uma Medida Provisória.
- (E) a um Decreto.

32

A pessoa jurídica Primária Ltda. requereu administrativamente, à Receita Federal do Brasil (RFB), autorização para aproveitar, em sua escrita fiscal do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), os créditos escriturais da pessoa jurídica Terceiro Ltda., que expressamente manifestou seu intento de transferi-los à requerente.

O pleito de Primária Ltda. foi deferido por órgão administrativo singular da estrutura da RFB. Por conta disso, Primária Ltda. aproveitou, em sua própria escrita fiscal, R\$ 300.000,00 correspondentes aos créditos escriturais de Terceiro Ltda., compensando tal montante com os débitos escriturais de IPI. O resultado prático foi o recolhimento, por Primária Ltda., de IPI de R\$ 300.000,00 inferior àquele que seria devido, se não fosse o aproveitamento dos créditos escriturais de Terceiro Ltda.

Dois anos depois daquela autorização, a RFB revê e reformula a decisão anterior. Exige, por decorrência, que Primária Ltda. recolha os R\$ 300.000,00 pagos a menor, acrescidos de multa e de juros de mora.

Sabendo-se que realmente foi equivocada a decisão inicial que deferiu o pleito administrativo de Primária Ltda., assinale a afirmativa correta.

- (A) Primária Ltda. deve recolher os R\$ 300.000,00, excluídos a multa e os juros de mora.
- (B) Primária Ltda. deve recolher os R\$ 300.000,00, excluída a multa, mas mantidos os juros de mora.
- (C) Primária Ltda. deve recolher os R\$ 300.000,00, excluídos os juros de mora, mas mantida a multa.
- (D) Primária Ltda. deve recolher os R\$ 300.000,00, acrescidos da multa e dos juros de mora.
- (E) Primária Ltda. não deve recolher nenhum valor resultante da revisão da decisão administrativa anterior, pois ela não é suscetível de reforma.

33

Algumas das condições exigidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF, Lei Complementar nº 101/2000) para que sejam concedidos benefícios tributários dos quais decorra renúncia de receita, estão listadas a seguir.

1. Observância ao princípio da anterioridade.
2. Estimativa do impacto orçamentário-financeiro.
3. Demonstração de que a renúncia fiscal não afetará as metas de resultados fiscais.
4. Medidas de compensação por meio do incremento da receita de outros tributos.
5. Produção gradual dos efeitos da renúncia, na proporção de 25% a cada exercício financeiro.

Dentre as condições acima enunciadas, estão previstas na LRF as de número:

- (A) 1, 3 e 5, apenas.
- (B) 1, 2 e 3, apenas.
- (C) 2, 4 e 5, apenas.
- (D) 2, 3 e 4, apenas.
- (E) 3, 4 e 5, apenas.

34

A Constituição da República reserva a lei complementar a competência para dispor sobre variados temas relacionados às Finanças Públicas e, especificamente, aos Orçamentos. Outros temas não estão reservados à lei complementar e, portanto, podem ser veiculados por lei ordinária.

Assinale a opção que indica o tema que pode ser veiculado por lei ordinária.

- (A) Exercício financeiro.
- (B) Vigência, prazos, elaboração e organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual.
- (C) Normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta.
- (D) Condições para a instituição e o funcionamento de fundos.
- (E) Lei orçamentária anual.

35

Conforme prevê a Constituição da República, a Lei Orçamentária Anual compreenderá

- I. o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;
- II. o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;
- III. o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

Ainda segundo a Constituição da República, dois desses três orçamentos, “compatibilizados com o plano plurianual, terão entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério _____”.

Assinale a opção que indica os dois orçamentos que se prestam a reduzir desigualdades interregionais e o critério que preenche a lacuna do fragmento acima.

	Orçamentos	Critério
(A)	I e II	populacional
(B)	I e III	populacional
(C)	II e III	geográfico
(D)	I e II	geográfico
(E)	II e III	populacional

Contabilidade Pública e Finanças Públicas

36

Assinale a opção que indica o princípio contábil que é base indispensável à integridade e à fidedignidade dos registros contábeis dos atos e dos fatos que afetam o patrimônio da entidade pública.

- (A) Princípio da Oportunidade
- (B) Princípio da Entidade
- (C) Princípio da Continuidade
- (D) Princípio da Prudência
- (E) Princípio da Competência

37

A Contabilidade Aplicada ao Setor Público é organizada na forma de sistema de informações, cujos subsistemas convergem para a informação sobre o patrimônio público.

Em relação aos subsistemas de informações, assinale a afirmativa correta.

- (A) O subsistema de custos registra, processa e evidencia os fatos não financeiros relacionados com as variações qualitativas e quantitativas do patrimônio público.
- (B) O subsistema patrimonial registra, processa e evidencia os fatos relacionados às disponibilidades no início e no final do período.
- (C) O subsistema de compensação registra, processa e evidencia os atos de gestão cujos efeitos possam produzir modificações no patrimônio da entidade do setor público.
- (D) O subsistema financeiro registra, processa e evidencia os atos e os fatos relacionados ao planejamento.
- (E) O subsistema orçamentário registra, processa e evidencia os custos dos bens e serviços, produzidos e ofertados à sociedade pela entidade pública.

38

As transações no setor público podem ser classificadas como econômico-financeiras ou administrativas, conforme suas características e seus reflexos no patrimônio público.

Em relação às transações de natureza econômico-financeira, assinale a afirmativa correta.

- (A) Têm como objetivo manter em funcionamento as atividades da entidade do setor público.
- (B) Têm como objetivo dar cumprimento a metas programadas.
- (C) Correspondem às transações originadas de fatos que não afetam o patrimônio público.
- (D) Provocam somente alterações quantitativas no patrimônio.
- (E) Provocam alterações efetivas ou potenciais no patrimônio.

39

De acordo com a característica da compreensibilidade, as informações sobre temas complexos

- (A) devem ser excluídas das demonstrações contábeis.
- (B) não devem ser excluídas das demonstrações contábeis.
- (C) não devem ser excluídas das demonstrações contábeis, quando relevantes.
- (D) devem ser apresentadas de modo mais detalhado.
- (E) devem ser acompanhadas de esclarecimentos adicionais, de modo que qualquer usuário possa entendê-las.

40

De acordo com a NBC TSP 16.7 do Conselho Federal de Contabilidade, as demonstrações contábeis consolidadas devem ser complementadas por notas explicativas.

Entre as informações necessárias para divulgação, ***não se inclui***

- (A) a identificação e as características das entidades do setor público incluídas na consolidação.
- (B) a abertura individualizada do saldo das contas relevantes.
- (C) os procedimentos adotados na consolidação.
- (D) os eventos subsequentes à data de encerramento do exercício.
- (E) a natureza e os montantes dos ajustes efetuados.

41

De acordo com a Lei nº 4.320/64, sobre os componentes do Balanço Patrimonial, assinale a afirmativa correta.

- (A) O Ativo Financeiro compreende os valores numerários, os créditos e os valores realizáveis que possuem autorização orçamentária.
- (B) O Passivo Financeiro compreende as dívidas fundadas cujo pagamento depende de autorização orçamentária.
- (C) O Ativo Permanente compreende os bens, créditos e valores cuja mobilização ou alienação independe de autorização legislativa.
- (D) O Passivo Permanente compreende as dívidas fundadas cuja amortização ou cujo resgate não dependem de autorização legislativa.
- (E) As Contas de Compensação registram os bens, os valores, as obrigações e as situações que podem afetar o patrimônio.

42

Assinale a opção que indica itens que ***não*** compõem a dívida flutuante.

- (A) Serviços da dívida a pagar
- (B) Restos a pagar, excluídos os serviços da dívida
- (C) Compromissos de longo prazo que atendem ao desequilíbrio orçamentário
- (D) Depósitos bancários
- (E) Débitos de tesouraria

43

Em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), assinale a afirmativa correta.

- (A) Estabelece que os Tribunais de Contas, o Poder Judiciário e o Ministério Público não se sujeitam às obrigações da lei, uma vez que possuem autonomia administrativa e financeira.
- (B) Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, sendo que suas disposições obrigam a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
- (C) Estabelece que a despesa total com pessoal não pode exceder a 80% do limite, vedando o órgão que incorreu no excesso a criação de cargo, emprego ou função.
- (D) Estabelece que as empresas públicas e as sociedades de economia mista devem se submeter a suas disposições.
- (E) Estabelece os limites da despesa total com pessoal para a União, os Estados e os Municípios em 50% da receita corrente líquida, em cada período de apuração.

44

Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), os valores dos contratos de terceirização de mão de obra, que se referem à substituição de servidores e empregados públicos, serão contabilizados como

- (A) despesas de serviços de terceiros.
- (B) outras despesas de serviços de terceiros.
- (C) outras despesas gerais.
- (D) despesas de pessoal.
- (E) outras despesas de pessoal.

45

A intervenção do Governo sobre o crescimento das despesas privadas e governamentais de consumo ou de investimentos por meio do controle dos gastos públicos, dos créditos e do nível de tributação, relaciona-se à função

- (A) estabilizadora.
- (B) distributiva.
- (C) alocativa.
- (D) reguladora.
- (E) monetária.

46

De acordo com a Lei nº 8.666, as obras e os serviços somente poderão ser licitados quando

- (A) o projeto computar a atualização monetária das obrigações de pagamento como valor da obra ou serviço.
- (B) houver projeto básico aprovado pela autoridade competente e disponível para exame dos interessados em participar do processo licitatório.
- (C) existir orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição dos principais custos totais.
- (D) houver previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento de pelo menos metade das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executados no exercício financeiro em curso.
- (E) incluírem no objeto da licitação a origem de obtenção dos recursos financeiros necessários para a execução, bem como uma estimativa da quantidade do fornecimento de materiais.

47

Em relação ao Decreto Federal nº 5.450/2005, que regulamenta o pregão na forma eletrônica, assinale a afirmativa correta.

- (A) Apenas as entidades controladas diretamente pela União subordinam-se ao Decreto.
- (B) A anulação do procedimento licitatório não anula a ata de registro de preços.
- (C) Os licitantes terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório.
- (D) O pregão, na forma eletrônica, será realizado quando a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços for feita à distância em sessão pública.
- (E) A modalidade de licitação pregão na forma eletrônica destina-se à aquisição de bens e serviços que apresentam alguma particularidade.

48

Em relação à conta Restos a Pagar, assinale a afirmativa correta.

- (A) Deve ser contabilizada no Balanço Financeiro, como receita orçamentária.
- (B) Os lançamentos não processados incluem despesas que foram realizadas e houve a emissão da nota de liquidação.
- (C) Os lançamentos processados incluem despesas que não foram realizadas até 31 de dezembro.
- (D) Os lançamentos processados incluem despesas que foram realizadas, mas cuja nota de liquidação não foi emitida até 31 de dezembro.
- (E) A inscrição de Restos a Pagar deve observar as disponibilidades financeiras.

49

De acordo com a Constituição Federal, **não** é vedado à União

- (A) instituir tributo uniforme em todo o território nacional.
- (B) instituir tributo que implique distinção ou preferência em relação a um Estado, ao Distrito Federal ou a um Município, em detrimento de outro, admitida a concessão de incentivos fiscais.
- (C) tributar a renda das obrigações da dívida pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- (D) tributar a remuneração e os proventos dos respectivos agentes públicos em níveis superiores aos que fixar para suas obrigações e para seus agentes.
- (E) instituir isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.

50

Em relação aos conceitos da Teoria da Tributação, assinale a afirmativa correta.

- (A) A neutralidade pode ser utilizada para obtenção de maior equidade.
- (B) O conceito da neutralidade diz respeito à ausência de interferência dos impostos no sistema econômico como um todo.
- (C) O custo de aplicação de um determinado imposto pelo governo, segundo o conceito da simplicidade, deve ser menor ou igual à arrecadação gerada por esse tipo de imposto.
- (D) Cada indivíduo, segundo o conceito da equidade, deve contribuir com uma quantia proporcional aos benefícios gerados pelo consumo do bem público.
- (E) De acordo com a progressividade, a alíquota de tributação se eleva quanto maior é o benefício observado.

Legislação Tributária

51

O Art. 81 da Lei Orgânica do Município de Cuiabá (LOMC) lista quatro espécies tributárias que, “*atendidos os princípios da Constituição Federal e as normas do Direito Tributário estabelecidos em Lei Complementar Federal, sem prejuízo de outras garantias que a legislação municipal assegura ao contribuinte*”, poderão ser instituídos pelo Município.

As espécies tributárias indicadas especificamente no citado dispositivo são

- (A) *royalties* pela exploração de minerais, impostos, taxas e contribuição social.
- (B) impostos, taxas, contribuição de interesse de categoria profissional e contribuição de melhoria.
- (C) impostos, taxas, contribuição de melhoria e contribuição social.
- (D) impostos, taxas, empréstimos compulsórios e contribuição de melhoria.
- (E) *royalties* pela exploração de minerais, empréstimos compulsórios, contribuição de interesse de categoria profissional e contribuição para custeio de serviços de saúde.

52

A redação original da vigente Lei Orgânica do Município de Cuiabá (LOMC) previa, em seu Art. 86, que “*O Município instituirá por lei contribuição social, a ser cobrada de seus servidores, para custeio, em benefício destes, do Sistema Municipal de Previdência e Assistência Social*”. Tal redação foi alterada, pois, de fato, continha previsão incompatível com a Constituição da República.

Assinale a afirmativa que a aponta.

- (A) Era inconstitucional a exigência de qualquer tipo de contribuição a ser cobrada dos servidores municipais, pois o benefício previdenciário e assistencial lhes era assegurado pelo Município independentemente de qualquer contrapartida financeira por parte deles.
- (B) Era inconstitucional a exigência de contribuição dos servidores municipais para custeio do Sistema Municipal de Previdência, pois o benefício previdenciário lhes era assegurado pelo Município independentemente de qualquer contrapartida financeira por parte deles.
- (C) Era inconstitucional a exigência de contribuição dos servidores municipais para custeio do Sistema Municipal de Assistência Social, pois o benefício assistencial lhes era assegurado pelo Município independentemente de qualquer contrapartida financeira por parte deles.
- (D) Era inconstitucional a exigência de contribuição dos servidores municipais para custeio do Sistema Municipal de Previdência, pois só a União pode instituir contribuição compulsória para custeio do sistema previdenciário.
- (E) Era inconstitucional a exigência de contribuição dos servidores municipais para custeio do Sistema Municipal de Assistência Social, pois só a União pode instituir contribuição compulsória para o custeio da Assistência Social.

53

A iluminação pública no Município de Cuiabá, a teor de sua Lei Orgânica,

- (A) será necessariamente custeada com recursos dos impostos municipais.
- (B) será necessariamente custeada com recursos de taxa municipal instituída para tal fim específico.
- (C) poderá ser custeada com recursos de taxa municipal; inexistindo esta, deverá ser custeada com recursos dos impostos municipais.
- (D) necessariamente com recursos da contribuição de iluminação pública.
- (E) poderá ser custeada com recursos dos impostos municipais ou, inexistindo dotação orçamentária específica, com recursos excedentes das taxas municipais.

54

De acordo com a Lei Orgânica do Município de Cuiabá (LOMC), a concessão de isenção, anistia ou remissão de débitos tributários dependerá

- (A) de despacho do Governador, em cada caso concreto.
- (B) de autorização legislativa concedida por maioria simples.
- (C) de autorização legislativa concedida por maioria absoluta.
- (D) de decreto do Governador, aplicável a todos os casos que se enquadrem na mesma situação que levou à concessão do benefício.
- (E) de resolução do Secretário de Estado de Fazenda, aplicável a todos os casos que se enquadrem na mesma situação que levou à concessão do benefício.

55

Ao disciplinar as hipóteses de imunidade, a Lei Orgânica do Município de Cuiabá (LOMC) prevê, em relação a uma específica categoria imune, que a vedação à instituição de impostos (vale dizer, a imunidade) “*será suspensa sempre que caracterizado o dano por ação ou omissão, comprovada pelo órgão competente, na forma da lei*”.

A LOMC refere-se à seguinte categoria:

- (A) templos de qualquer culto.
- (B) patrimônio, renda ou serviço de partidos políticos.
- (C) imóveis tombados pelos órgãos competentes.
- (D) livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão.
- (E) patrimônio, renda ou serviço de entidades sindicais de trabalhadores.

56

Por meio de decreto, o Prefeito do Município de Cuiabá atualiza o valor monetário da base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), ajustando-o ao valor de mercado dos imóveis, sem ultrapassar a inflação acumulada desde o último reajuste. O Decreto prevê que os novos valores serão observados a partir da data de sua publicação.

Tal mudança é

- (A) inconstitucional, por violar o princípio da irretroatividade, apenas.
- (B) inconstitucional, por violar o princípio da legalidade, apenas.
- (C) inconstitucional, por violar os princípios da legalidade e da irretroatividade.
- (D) legítima, pois a atualização do valor monetário da base de cálculo não constitui majoração de tributo.
- (E) legítima, pois a majoração do IPTU pode ser promovida por decreto.

57

Assinale a opção que indica o sujeito ativo dos tributos especificados no Código Tributário do Município de Cuiabá (CTM-Cuiabá – LC municipal nº 43/1997), competente para lançar, cobrar, arrecadar e fiscalizar os tributos ali especificados.

- (A) Procuradoria-Geral do Município de Cuiabá
- (B) Secretaria de Fazenda do Município de Cuiabá
- (C) Prefeito do Município de Cuiabá
- (D) Município de Cuiabá
- (E) Câmara de Vereadores do Município de Cuiabá

58

O cometimento da função administrativa de arrecadar tributos a pessoas jurídicas de direito privado é

- (A) vedado expressamente pela Constituição da República.
- (B) vedado expressamente pela Lei Orgânica do Município de Cuiabá.
- (C) vedado expressamente pelo CTM-Cuiabá.
- (D) admitido expressamente pelo CTM-Cuiabá.
- (E) admitido expressamente pela Lei Orgânica do Município de Cuiabá.

59

O Código Tributário do Município de Cuiabá (CTM-Cuiabá – LC municipal nº 43/1997) assegura “o direito de consulta sobre a interpretação e aplicação da legislação tributária” (Art. 32, caput). No § 2º do mesmo artigo, está previsto que “O Secretário Municipal de Finanças encaminhará o processo de consulta ao setor competente para respondê-la, dando o prazo de xxx dias para a resposta” (o qual poderá ser duplicado se a consulta versar sobre matéria controversa – Art. 32, § 3º).

Em não havendo duplicação do prazo, o setor competente deverá responder a consulta em

- (A) 10 dias.
- (B) 15 dias.
- (C) 30 dias.
- (D) 45 dias.
- (E) 60 dias.

60

Assinale a opção que, de acordo com o Código Tributário do Município de Cuiabá (CTM-Cuiabá – LC municipal nº 43/1997), indica exclusivamente hipóteses de extinção do crédito tributário.

- (A) Anistia, remissão, decisão judicial passada em julgado e pagamento.
- (B) Decisão judicial passada em julgado, consignação em pagamento julgada precedente, conversão de depósito em renda e decadência.
- (C) Consignação em pagamento julgada precedente, prescrição, pagamento e depósito do montante integral.
- (D) Parcelamento, compensação, transação e remissão.
- (E) Decadência, liminar em mandado de segurança, transação e compensação.

61

Assinale a opção que indica a hipótese apta a interromper o prazo de prescrição que consta do Código Tributário do Município de Cuiabá (CTM-Cuiabá – LC municipal nº 43/1997), embora não figure de modo expresso no Código Tributário Nacional (CTN).

- (A) Protesto judicial.
- (B) Qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor.
- (C) Qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor.
- (D) Citação do devedor ou despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal.
- (E) Apresentação de documento comprobatório da dívida, em juízo, de inventário ou concurso de credores.

62

Assinale a opção que relata a conduta que extrapola a competência da Fazenda Municipal, fixada pelo Art. 89, caput, do Código Tributário do Município de Cuiabá (CTM-Cuiabá – LC municipal nº 43/1997), para “obter elementos que lhe permitam verificar a exatidão das declarações apresentadas pelos contribuintes e responsáveis e de determinar, com precisão, a natureza e o montante dos créditos tributários”.

- (A) Compartilhar informações fiscais às quais tenha acesso por força de requisição a terceiros.
- (B) Exigir, a qualquer tempo, a exibição de livros e documentos comprobatórios dos atos e operações que possam constituir fato gerador de obrigação tributária.
- (C) Fazer inspeção nos locais e estabelecimentos onde se exercem as atividades sujeitas a obrigações tributárias ou nos bens ou serviços que constituam matéria tributável.
- (D) Exigir informações e comunicações escritas ou verbais.
- (E) Solicitar, por meio de notificação, o comparecimento do contribuinte ou responsável às Repartições da Fazenda Municipal, para prestar esclarecimentos.

63

Alberto é proprietário, desde 2002, de imóvel no centro de Cuiabá. No dia 05 de janeiro de 2012, o imóvel é vendido a Roberval, sendo a transferência registrada no dia seguinte junto ao Registro de Imóveis competente, tendo sido apresentada a certidão de regularidade fiscal do bem, expedida pelo Município. Em 20 de dezembro de 2013, o Município constata que não foi pago o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) dos exercícios de 2011 e de 2013 do referido imóvel, embora tenha sido regularmente recolhido o IPTU do exercício de 2012.

Assinale a opção que indica quem deve efetuar o pagamento do imposto em questão em relação a cada um dos dois exercícios inadimplidos.

- (A) O IPTU de 2011 deve ser pago por Alberto e o IPTU de 2013 deve ser pago por Roberval.
- (B) O IPTU relativo aos dois exercícios deve ser pago por Alberto.
- (C) O IPTU relativo aos dois exercícios deve ser pago por Roberval.
- (D) O IPTU de 2011 deve ser pago por Roberval e o IPTU de 2013 deve ser pago por Alberto.
- (E) O IPTU relativo aos dois exercícios deve ser pago por Alberto ou por Roberval ante a solidariedade entre ambos.

64

Francisco é proprietário de imóvel localizado em área de expansão urbana constante de loteamento aprovado pelos órgãos competentes, mas a área não é dotada de nenhum dos cinco melhoramentos que o Art. 209, *caput*, do Código Tributário do Município de Cuiabá (CTM-Cuiabá – LC municipal nº 43/1997) considera necessários (ao menos dois deles) para que a área possa ser considerada como zona urbana.

Nesse cenário, é correto afirmar que o IPTU sobre o imóvel em questão incide

- (A) quando presente ao menos um dos cinco melhoramentos indicados no Art. 209, *caput*, do CTM-Cuiabá.
- (B) quando presentes ao menos dois dos cinco melhoramentos indicados no Art. 209, *caput*, do CTM-Cuiabá.
- (C) quando presentes ao menos três dos cinco melhoramentos indicados no Art. 209, *caput*, do CTM-Cuiabá.
- (D) quando presentes ao menos quatro dos cinco melhoramentos indicados no Art. 209, *caput*, do CTM-Cuiabá.
- (E) desde logo, pois é inaplicável a exigência dos melhoramentos indicados no Art. 209, *caput*, do CTM-Cuiabá.

65

“X” adquire, para fim residencial, imóvel que pertencia a uma autarquia estadual. Celebram as partes uma promessa de compra e venda, que é prontamente registrada no Registro Geral de Imóveis (RGI) competente.

Após o registro da promessa de compra e venda,

- (A) continua a não incidir o IPTU, por força da imunidade da autarquia, sendo desnecessária a formalização de novo pedido nesse sentido por parte do ente autárquico (cujo nome continua vinculado ao imóvel no RGI, ainda que agora a autarquia figure como promitente vendedora).
- (B) passa a incidir o IPTU, a ser pago pela autarquia.
- (C) passa a incidir o IPTU, a ser pago por “X”, uma vez que registrada no RGI a promessa de compra e venda do imóvel.
- (D) continua a não incidir o IPTU, por força da imunidade da autarquia, desde que o ente autárquico formalize novo pedido de reconhecimento de sua imunidade (pois o imóvel continua a ela vinculado no RGI, ainda que agora a autarquia figure como promitente vendedora).
- (E) passa a incidir o IPTU, a ser pago solidariamente pela autarquia e por “X”.

66

As opções a seguir apresentam hipóteses sujeitas à incidência do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis por ato *inter vivos* e oneroso (ITBI – *inter vivos*), à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) Transmissão, a qualquer título, de propriedade ou domínio útil de bens imóveis por natureza.
- (B) Transmissão, a qualquer título, de propriedade ou domínio útil de bens imóveis por acessão física.
- (C) Transmissão, a qualquer título, de direitos reais sobre imóveis, exceto os direitos reais de garantia.
- (D) Transmissão, a qualquer título, de direitos reais sobre imóveis para incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica em realização ou integralização de capital.
- (E) Cessão de direitos relativos às transmissões de imóveis.

67

A base de cálculo do ITBI – *inter vivos* é o valor venal dos bens imóveis (ou dos direitos reais a eles relativos) constante do Cadastro Imobiliário do Município. Constatada aparente inconsistência do valor venal, ele pode ser reavaliado.

Dentre os elementos a seguir, assinale opção que indica o único que não é admitido pelo Código Tributário do Município de Cuiabá (CTM-Cuiabá – LC municipal nº 43/1997) como passível de ser considerado na reavaliação do valor venal.

- (A) Quantidade de outros imóveis do mesmo proprietário.
- (B) Localização.
- (C) Estado de conservação e infraestrutura urbana.
- (D) Valores das áreas vizinhas ou situadas em zonas economicamente equivalentes.
- (E) Valores correntes das transações de bens de mesma natureza no mercado imobiliário de Cuiabá.

68

Empresa Criativa de Softwares Ltda. é uma pessoa jurídica dedicada à concepção, sob encomenda, de programas de computador. Após conceber distintos programas sob encomenda de seus clientes, foi autuada para a exigência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), pois, durante todo o seu primeiro ano de operação, em nenhum momento recolheu o referido tributo.

Em tempestiva defesa administrativa, a pessoa jurídica alegou ser indevido o tributo, por força de três fundamentos distintos:

- I. os contratos pelos quais os *softwares* eram encomendados informavam que o ISSQN estaria a cargo do tomador do serviço, não do fornecedor;
- II. o resultado financeiro do primeiro ano de operações da pessoa jurídica foi deficitário, o que afasta a incidência do ISSQN;
- III. ao longo do primeiro ano de atividades, a pessoa jurídica, com o fito de reduzir seus custos, deixou de ter estabelecimento fixo, passando a operar nos endereços de seus sócios.

A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- (A) Nenhum dos três fundamentos apresentados pela pessoa jurídica afasta a incidência do ISSQN.
- (B) Apenas o primeiro fundamento apresentado pela pessoa jurídica afasta a incidência do ISSQN.
- (C) Apenas o segundo fundamento apresentado pela pessoa jurídica afasta a incidência do ISSQN.
- (D) Apenas o terceiro fundamento apresentado pela pessoa jurídica afasta a incidência do ISSQN.
- (E) Nenhum dos três fundamentos apresentados pela pessoa jurídica afasta plenamente a incidência do ISSQN, mas o tributo só pode incidir sobre os meses em que a Empresa Criativa de Softwares Ltda. tinha estabelecimento fixo.

69

XYZ Ltda. é uma pessoa jurídica que cede a uma determinada empresa telefônica, mediante remuneração, a utilização dos postes por ela instalados em distintas localidades. Embora XYZ Ltda. esteja domiciliada no município de Campo Novo do Parecis, no Estado do Mato Grosso, a empresa telefônica beneficia-se da cessão do direito de uso dos postes de XYZ nos municípios de Sorriso, Lucas do Rio Verde e Cuiabá.

Diante de tal cenário, assinale a opção correta acerca da eventual incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

- (A) Não incide o ISSQN na hipótese, pois o serviço não consta da lista própria.
- (B) O ISSQN incide e é devido ao Município de Campo Novo do Parecis, onde é domiciliada a empresa XYZ Ltda.
- (C) O ISSQN incide e é devido ao Município de Cuiabá, por ser abrangido pelo serviço e ser a capital do Estado.
- (D) O ISSQN incide e é devido aos três Municípios onde o serviço é prestado (Sorriso, Lucas do Rio Verde e Cuiabá), observada a base de cálculo proporcional ao número de postes existentes em cada município.
- (E) O ISSQN incide e é devido ao Estado do Mato Grosso, onde localizados todos os Municípios envolvidos na operação.

70

O Ofício de Notas do Município Alfa recebe autuação fiscal pela falta de recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) incidente sobre suas atividades.

Defende-se alegando que:

- I. presta serviço público essencial e, por isso, é imune ao ISSQN;
- II. ainda que pudesse haver a incidência do tributo, a base de cálculo não seria o valor dos emolumentos recebidos pelos atos notariais praticados, mas um valor fixo e independente do valor do trabalho pessoal do contribuinte, tal como previsto pelo Art. 9º, § 1º, do Decreto-lei nº 406/1968.

A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- (A) Nenhum dos dois fundamentos já foi enfrentado pelo STF, sendo plausíveis as teses do Ofício de Notas.
- (B) Nenhum dos dois fundamentos já foi enfrentado pelo STF, e as teses do Ofício de Notas são implausíveis.
- (C) O STF já refutou o fundamento da imunidade, e o Art. 9º, § 1º, do DL nº 406/68 foi revogado pela LC nº 116/2003.
- (D) O STF já acolheu o fundamento da imunidade e o fundamento atinente ao Art. 9º, § 1º, do DL nº 406/68.
- (E) O STF já refutou o fundamento da imunidade, e o Art. 9º, § 1º, do DL nº 406/68, embora vigente, já teve sua aplicação rejeitada em relação aos serviços notariais.

Realização

 **FGV PROJETOS**